

**Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas**

**Brookfield Energia Renovável
Participações S.A. e suas controladas**

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	10



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Administradores da
Brookfield Energia Renovável Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brookfield Energia Renovável Participações S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Brookfield Energia Renovável Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	117	78	147.469	147.178
Contas a receber	4	-	-	352.696	372.484
Compensação de variações energéticas		-	-	-	3.920
Estoques		-	-	16.287	15.106
Dividendos a receber	26	91.403	28.193	2.106	1.767
Impostos a recuperar		33	31	43.104	29.434
Despesas antecipadas	7	-	-	6.744	7.035
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	25.061	-
Outros		-	-	1.892	18.249
Total do ativo circulante		91.553	28.302	595.359	595.173
Não circulante					
Depósitos restituíveis e valores vinculados	8	-	-	9.611	16.978
Despesas antecipadas	7	-	-	-	2.482
Mútuos a receber	6	-	-	15.842	141.572
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	70	-
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	9	-	-	19.113	20.289
Impostos a recuperar		-	-	375	375
Investimento	10	2.166.020	2.386.360	79.221	77.989
Imobilizado	11	-	-	2.395.073	2.367.852
Ativo financeiro	12	-	-	43.228	54.377
Intangível	13	-	-	119.747	128.289
Arrendamento mercantil	14	-	-	20.952	-
Depósitos judiciais		-	-	990	2.578
Total do ativo não circulante		2.166.020	2.386.360	2.704.222	2.812.781
Total do ativo		2.257.573	2.414.662	3.299.581	3.407.954

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Circulante					
Contas a pagar	15	-	9	115.543	126.384
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	25.327	26.037
Impostos e contribuições a recolher		-	-	14.238	16.253
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	9	-	-	2.440	2.440
Contratos de comercialização de energia	5	-	-	42.630	-
Salários e encargos sociais		-	-	31.594	27.846
Dividendos a pagar	26	91.234	28.160	94.431	29.302
Arrendamento mercantil	14	-	-	3.716	-
Provisão para risco hidrológico	18	-	-	165.507	215.320
Total do passivo circulante		91.234	28.169	495.426	443.582
Não circulante					
Contas a pagar	15	-	-	288	257
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	30	548.156	504.149
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	9	-	-	23.246	25.580
Provisão para contingências	17	-	-	5.532	5.161
Arrendamento mercantil	14	-	-	18.003	-
Outras contas a pagar		-	-	1.346	2.783
Total do passivo não circulante		-	30	596.571	537.930
Patrimônio líquido					
Capital social	19	1.001.439	1.001.439	1.001.439	1.001.439
Reservas de lucros	19	308.503	497.385	308.503	497.385
Ajustes de avaliação patrimonial	19	871.463	902.705	871.463	902.705
Perda em transações de capital	19	(15.066)	(15.066)	(15.066)	(15.066)
		2.166.339	2.386.463	2.166.339	2.386.463
Participação de acionistas não controladores	20	-	-	41.245	39.979
Total do patrimônio líquido		2.166.339	2.386.463	2.207.584	2.426.442
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.257.573	2.414.662	3.299.581	3.407.954

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	21	-	-	1.492.492	1.165.184
Custo de geração de energia	22	-	-	(1.098.498)	(895.188)
Lucro bruto		-	-	393.994	269.996
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(149)	(133)	(99.837)	(90.433)
Resultado com equivalência patrimonial	10	257.696	118.705	17.092	3.720
Outras (despesas) receitas operacionais	23	-	(2)	37.648	(12.430)
		257.547	118.570	(45.097)	(99.143)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		257.547	118.570	348.897	170.853
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	12	-	22.402	32.557
Despesas financeiras	24	(10)	-	(73.504)	(59.898)
		2	-	(51.102)	(27.341)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		257.549	118.570	297.795	143.512
Imposto de renda e contribuição social Corrente	25	-	-	(26.558)	(20.354)
		-	-	(26.558)	(20.354)
Lucro líquido do exercício		257.549	118.570	271.237	123.158
Lucro líquido do exercício atribuível a:					
Controladora		257.549	118.570	257.549	118.570
Acionistas não controladores	20	-	-	13.688	4.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	257.549	118.570	271.237	123.158
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	257.549	118.570	271.237	123.158
Lucro líquido do exercício atribuível a:				
Controladora	257.549	118.570	257.549	118.570
Acionistas não controladores	-	-	13.688	4.588

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Perda em transações de capital	Total patrimônio líquido	Participação de não controladores	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros						
Saldos em 31 de dezembro de 2017		1.001.439	30.545	469.467	981.191	-	(15.066)	2.467.576	48.146	2.515.722
Realização da avaliação patrimonial	19.c	-	-	-	(78.486)	78.486	-	-	-	-
Redução de capital em investidas		-	-	-	-	-	-	-	(6.229)	(6.229)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	19.d	-	-	(171.523)	-	-	-	(171.523)	-	(171.523)
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(5.383)	(5.383)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	118.570	-	118.570	4.588	123.158
Constituição de reserva legal	19.b	-	5.929	-	-	(5.929)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.d	-	-	-	-	(28.160)	-	(28.160)	(1.143)	(29.303)
Reserva de dividendos complementares	19.b	-	-	162.967	-	(162.967)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		1.001.439	36.474	460.911	902.705	-	(15.066)	2.386.463	39.979	2.426.442
Realização da avaliação patrimonial	19.c	-	-	-	(31.242)	31.242	-	-	-	-
Movimentação de capital em investidas		-	-	-	-	-	-	-	(2.701)	(2.701)
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	19.d	-	-	(416.505)	-	-	-	(416.505)	-	(416.505)
Dividendos complementares distribuídos para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(6.298)	(6.298)
Dividendos intermediários distribuídos para acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(718)	(718)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	257.549	-	257.549	13.688	271.237
Constituição de reserva legal	19.b	-	12.877	-	-	(12.877)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.d	-	-	-	-	(61.168)	-	(61.168)	(2.705)	(63.873)
Reserva de dividendos complementares	19.b	-	-	214.746	-	(214.746)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		1.001.439	49.351	259.152	871.463	-	(15.066)	2.166.339	41.245	2.207.584

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		257.549	118.570	271.237	123.158
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa					
Depreciação e amortização de ágio alocado em ativo imobilizado	9, 10, 11 e 13	-	-	98.609	195.537
Encargos financeiros, líquidos	6 e 16	-	-	31.431	24.017
Depreciação de arrendamento mercantil	14	-	-	4.188	-
Juros sobre arrendamento mercantil	14	-	-	1.764	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	11 e 13	-	-	4.633	12.311
Resultado de equivalência patrimonial	10	(257.696)	(118.705)	(17.092)	(3.720)
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	5	-	-	17.569	-
Provisão para contingências	17	-	-	1.648	2.393
Atualização monetária do UBP e ativo financeiro	9 e 12	-	-	(936)	(3.243)
Baixa de indenizações - ativo financeiro	12	-	-	-	57
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber		-	-	22.133	577
Estoques		-	-	(1.181)	(347)
Compensação de variação energética		-	-	3.920	(686)
Impostos a recuperar		(2)	4	(13.670)	(6.548)
Depósitos judiciais		-	-	1.588	129
Despesas antecipadas		-	-	2.773	9.046
Outros		-	-	16.357	(7.031)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a pagar		(9)	(8)	(26.767)	(162.024)
Salários e encargos sociais		-	-	3.748	888
Pagamento de contingências	17	-	-	(1.277)	(2.542)
Impostos e contribuições a recolher		-	-	(2.015)	1.024
Provisão para risco hidrológico		-	-	(49.813)	92.050
Uso do Bem Público (UBP) - direito de outorga	9	-	-	(3.234)	(2.948)
Outras contas a pagar		-	-	(1.437)	(579)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(158)	(139)	364.176	271.519
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Depósitos restituíveis e valores vinculados		-	-	7.367	15.601
Dividendos recebidos		414.801	197.099	15.499	12.404
Liberação de recursos para partes relacionadas	6	-	-	(70)	-
Recebimento de principal - operação de mútuo	6	-	-	78.646	139.948
Recebimento de juros - operação de mútuo	6	-	-	52.843	-
Recebimento de indenização sobre ativo financeiro	12	-	-	12.985	32.123
Aumento (redução) de capital em empresas investidas	10	-	-	-	3.349
Venda de participação acionária em investida	10	25	-	-	-
Outros investimentos	10	-	-	22	-
Adiantamento para futuro aumento de capital realizados		-	-	(70)	150
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	11 e 13	-	-	(106.723)	(61.869)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		414.826	197.099	60.499	141.706
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	30	62.852	265.709
Redução de capital		-	(25)	(2.701)	(6.229)
Amortização de despesa de contratação	16	-	-	338	(1.039)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	16	(30)	-	(20.507)	(375.639)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	16	-	-	(36.916)	(34.337)
Dividendos pagos		(414.599)	(197.000)	(422.265)	(203.425)
Pagamento de arrendamento mercantil	14	-	-	(5.185)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(414.629)	(196.995)	(424.384)	(354.960)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de caixa		39	(35)	291	58.265
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		78	113	147.178	88.913
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		117	78	147.469	147.178
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		39	(35)	291	58.265
Informações complementares:					
Valores pagos de IR:		-	-	13.905	10.450
Valores pagos de CS:		-	-	7.517	8.571
Adição de imobilizado sem efeito caixa		-	-	16.367	-
Adição por adoção inicial do CPC 06 (R2) sem efeito caixa		-	-	23.822	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Brookfield Energia Renovável Participações S.A. (“Controladora”, “Sociedade” ou “BERPAR”) é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, em especial sociedades que objetivem a exploração de atividades de produção, geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de operação e manutenção de usinas hidrelétricas e termoelétricas. A Sociedade foi constituída por uma Assembleia Geral de Constituição ocorrida em 10 de setembro de 2007.

Suas empresas controladas atuam no segmento de construção, implantação, manutenção, operação e exploração de Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCHs”), e de Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) e estão apresentados na nota explicativa 10.

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações

A Sociedade por meio de suas controladas indiretas Rio Pedrinho, BERMG, Água Clara, ECCS, Salto Natal, Riachão, Rio Pomba, Rio Glória, Rio Manhuaçu, Grapon, São Geraldo, Salto Jaurú, Lumbrás, Ponte Alta, Pezzi, Serra dos Cavalinhos I, Serra dos Cavalinhos II, Lagoa Azul, Serra Negra, Caçador, Cotiporã e Linha Emília detêm autorizações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração das seguintes PCHs, na forma de produtores independentes de energia:

PCH	Potência em MW	N° da autorização ANEEL	Vencimento do prazo da autorização	Local
Passo do Meio	30,00	227/2000	Jun/2030	Bom Jesus e São Francisco de Paula - RS
Pedrinho I	16,20	39/1999	Mar/2029	Boa Ventura de São Roque - PR
Anna Maria	1,68	7/2000	Jan/2030	Santos Dumont - MG
Guary	5,40	6/2000	Jan/2030	Santos Dumont - MG
Salto Natal	15,12	231/2000	Jun/2032	Campo Mourão - PR
Riachão	13,40	117/2001	Abr/2032	Mambaí e Buritinópolis - GO
Ivan Botelho II	12,40	352/1999	Dez/2029	Guarani - MG
Ivan Botelho III	24,40	347/1999	Dez/2029	Astolfo Dutra - MG
Ormeo Junqueira Botelho	22,70	346/2000	Ago/2030	Muriaé - MG
Benjamim Mario Baptista	9,00	106/1999	Mai/2029	Manhuaçu - MG
Ivan Botelho I	24,30	346/1999	Dez/2029	Guarani e Descoberto - MG
Túlio Cordeiro Mello	15,80	451/2000	Nov/2030	Abre Campo - MG
Salto	19,00	215/2001	Jun/2031	Jauru e Indiavaí - MT
Angelina	26,27	55/2001	Fev/2031	Major Gercino e Angelina - SC
Ponte Alta	13,00	717/2003	Dez/2033	São Gabriel do Oeste - MS
Pezzi	19,00	617/2003	Nov/2033	Bom Jesus - RS
Serra dos Cavalinhos II	29,025	2.509/2010	Ago/2040	Monte Alegre dos Campos - RS
Serra dos Cavalinhos I	25,00	4.497/2014	Fev/2044	Monte Alegre dos Campos - RS
Foz do Estrela	29,50	696/2003	Jan/2034	Coronel Domingos Soares - PR
Piranhas	18,00	345/1999	Dez/2029	Piranhas - GO
Caçador	22,50	449/2000	Jun/2030	Serafina Corrêa e Nova Bassano - RS
Cotiporã	19,50	452/2000	Jun/2030	Cotiporã - RS
Linha Emília	19,50	448/2000	Jun/2030	Dois Lajeados - RS
	<u>430,695</u>			

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs exploradas indiretamente e que detêm autorizações--Continuação

Exceto pelas autorizações das PCHs Linha Emília, Caçador e Cotiporã, cujos períodos de autorização mencionados são até 23 de junho de 2030, podendo ser prorrogado a critério do órgão regulador, o período das demais autorizações mencionadas é de 30 anos, contados a partir da data de publicação das respectivas Resoluções Autorizativas, podendo ser prorrogado por igual período, considerando os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao final do prazo das autorizações, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados e aprovados pela ANEEL, não previstos em projeto original, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

PCHs e UHEs exploradas indiretamente e que detêm concessões

As controladas indiretas Zona da Mata e Barra do Braúna detêm concessões da ANEEL para exploração das seguintes PCHs e UHEs, respectivamente, na forma de concessionárias do serviço público:

PCH/UHE	Potência em MW	Nº da concessão	Vencimento da concessão	Local
João Camilo Penna	21,40	02/1996	Jul/2031	Raul Soares - MG
Barra do Braúna	39,00	11/2001	Mar/2036	Laranjal e Leopoldina - MG
	<u>60,40</u>			

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas indiretamente e que detêm concessões--Continuação

No dia 11 de maio de 2015, foi publicada a Portaria MME 190/2015 que determinou que Furnas assumiria as operações das PCHs Coronel Domiciano e Ervália a partir do dia 8 de julho de 2015 até a assunção de novo concessionário, que seria definido a partir de licitação. No dia 18 de maio de 2015, o MME publicou a Portaria nº 218/2015, estabelecendo as diretrizes para a realização de licitação para a nova concessão das usinas existentes, sujeitas à Lei nº 12.783/2013, dentre elas as UHEs Neblina, Sinceridade, Coronel Domiciano e Ervália. O leilão para as concessões existentes ocorreu no dia 25 de novembro de 2015, no qual a CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais S.A.) adquiriu a concessão de todas as usinas do estado de Minas Gerais negociadas no leilão.

No dia 17 de dezembro de 2015, a Zona da Mata recebeu da Eletrobrás o pagamento pela indenização da UHE Neblina, conforme divulgado na Portaria Interministerial nº 602, de 29 de novembro de 2012, cujo montante de indenização corrigido é de valor aproximado de R\$ 12.780.

Em atendimento à ordem judicial proferida nos autos do Pedido de Efeito Suspensivo nº 0049778-75.2017.4.01.0000, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, relativos às indenizações das UHEs Coronel Domiciano e Ervália, a CCEE realizou em 28 de dezembro de 2018 o depósito de R\$ 32.123 na conta da Zona da Mata. Nos termos da Portaria nº 458/2015 do MME, de 01 de Outubro de 2015, a Zona da Mata realizou a solicitação de depósito complementar junto a CCEE, assim como a realização dos depósitos mensais subsequentes, devidamente atualizados, tal como determinado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A usina Maurício teve seu pedido de transferência para o antigo proprietário (Energisa Minas Gerais) aprovado pela ANEEL em 19 de dezembro de 2013.

As usinas que fazem parte do contrato de concessão da controlada Zona da Mata, ao término do período de concessão, serão indenizadas no montante calculado com base no Valor Novo de Reposição (VNR), estabelecido pela MP 579, convertida na Lei 12.783/2013.

Para a UHE Barra do Braúna, o período de concessão é de 35 anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão de Geração nº 11/2001, podendo ser prorrogado uma única vez conforme critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da concessão, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados e aprovados pela ANEEL, não previstos em projeto original, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas indiretamente e que detêm concessões--Continuação

O prazo da autorização das PCHs é de 30 anos, contados a partir da data de publicação da resolução e podendo ser prorrogado por igual período, considerando os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. . No fim do prazo da autorização, os bens e instalações necessários para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Para determinação do montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados e aprovados pela ANEEL, não previstos em projeto original, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Lei de Concessões nº 8.987/95 estabelece, entre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir ao fornecer serviços de energia, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir o regulamento vigente do setor elétrico. Os principais dispositivos da Lei de Concessões estão resumidos como se segue:

- **Servidões**

O poder concedente pode declarar os bens necessários à execução do serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública, para fins de instituição de servidão administrativa, em benefício de uma concessionária. Nesse caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.

- **Alterações na participação controladora**

O Poder Concedente deve aprovar qualquer alteração direta ou indireta de participação controladora na concessionária.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCHs e UHEs exploradas indiretamente e que detêm concessões--Continuação

- Término antecipado da concessão

O término do contrato de concessão poderá ser antecipado por meio de encampação, caducidade ou rescisão do contrato. A caducidade consiste na retomada da atividade e de bens concedidos pelo Poder Concedente após processo administrativo, com todos os direitos e garantias atinentes ao devido processo legal, no qual reste comprovado que a concessionária, sem justificativa, (1) deixou de prestar serviços adequados ou de cumprir a legislação ou regulamentação aplicável, (2) não tem mais capacidade técnica financeira ou econômica para fornecer serviços adequados, ou (3) não cumpriu as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente. A concessionária tem direito à indenização, a posteriori, por seus investimentos em ativos reversíveis que não tenham sido integralmente amortizados ou depreciados, após dedução de quaisquer multas e danos devidos pela concessionária. Por fim, a rescisão contratual pode ser feita de comum acordo entre as partes ou em decorrência de decisão judicial irrecorrível, proferida em processo interposto pelo concessionário.

- Término por decurso do prazo

Quando a concessão expira, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relacionados à prestação dos serviços de energia reverterem ao poder concedente.

A controlada Zona da Mata detém registros da ANEEL para exploração das seguintes CGHs, na forma de produtores independentes:

CGH	Potência em MW	Registro da ANEEL	Registro até	Local
Miguel Pereira	0,74	Ofício 91/1998	Sem prazo	Mirai - MG
Santa Cecília	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Mirai - MG
Roça Grande	0,77	Ofício 91/1998	Sem prazo	Manhuaçu - MG
Cachoeira Alta	0,30	Ofício 91/1998	Sem prazo	Manhumirim - MG
Matipó	0,42	Ofício 91/1998	Sem prazo	Matipó - MG
	<u>2,65</u>			

Os registros seguem o determinado na Lei nº 9.074/95, alterada pela Lei nº 13.360/16, uma vez que possuem potência instalada inferior ou igual a 5 MW. Referidos empreendimentos possuem prazo indeterminado de duração, mas devem seguir e cumprir com as normas da agência reguladora, principalmente em relação à fiscalização.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Vigência dos contratos de venda de energia (PPA)

As controladas indiretas possuem contratos de compra e venda de energia (PPA) de acordo com as seguintes principais características:

Compra:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Comercializadores de energia	01/01/2017	31/12/2020
Partes relacionadas	01/01/2017	01/05/2030

Venda:

Indústria	Datas dos contratos	
	Início	Vencimento
Energia	01/01/2017	31/12/2020
Comercializadora	01/08/2017	31/12/2019
Distribuidora de energia	01/11/2000	28/02/2037
Partes relacionadas	21/12/2001	21/07/2033
Consumidores livres de energia	01/01/2013	31/12/2023
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás	30/09/2006	19/06/2029

Anualmente ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados acima são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade e controladas são caixa e equivalentes de caixa, mútuos a receber, contas a receber, dividendos a receber, depósitos restituíveis e valores vinculados, Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga, ativo financeiro e contratos de comercialização de energia.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade e controladas são contas a pagar, Uso do Bem Público - UBP - Direitos de Outorga, empréstimos, financiamentos e debêntures, dividendos a pagar, contratos de comercialização de energia e arrendamento mercantil.

c) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Os ativos e passivos sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes na data do balanço. As variações monetárias são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

d) Estoques

Referem-se a peças sobressalentes para reposição necessárias para a operação e manutenção da usina e são convertidos para custo no momento de sua utilização. Estão registrados pelo custo de aquisição e classificados no ativo circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

e) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidas.

f) Intangível

Referem-se a gastos com desenvolvimento de projetos, os quais são capitalizados a partir do momento em que os projetos passam da fase de estudo para desenvolvimento.

g) Investimentos

Os investimentos na controlada e nas controladas em conjunto são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) Investimento em coligada e em controlada, para fins de demonstrações financeiras individuais.

Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado na Nota 10.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Sociedade no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da investida. Quando a parcela da Sociedade no prejuízo de uma controlada excede a participação da Sociedade naquela entidade (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido da Sociedade na entidade), a Sociedade deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Sociedade tiver incorrido em obrigações legais ou constituídas ou tiver efetuado pagamentos em nome da entidade.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Investimentos--Continuação

O montante de investimento na controlada é eliminado para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, enquanto o saldo do investimento no empreendimento controlado em conjunto é mantido pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme alternativa de política contábil definida pelo Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto.

As exigências do CPC 38 são aplicáveis para fins de determinação da necessidade de reconhecimento da perda por redução do valor recuperável com relação ao investimento da Sociedade em uma controlada. Se necessário, o total do valor contábil do investimento (inclusive ágio) é testado para determinação da redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 1(R1), como um único ativo, por meio da comparação do seu valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo menos os custos para vender) com seu valor contábil. Qualquer perda por redução ao valor recuperável reconhecida é acrescida ao valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com o CPC 1(R1) na medida em que o valor recuperável do investimento é subsequentemente aumentado.

Quando uma empresa da Sociedade realiza uma transação com uma controlada, os lucros e prejuízos resultantes são reconhecidos apenas com relação às participações na investida não relacionadas à Sociedade.

h) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

i) Ativo financeiro

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio de reajuste ou revisão tarifária da distribuidora de energia, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa.

j) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos da classe de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização ou concessão, dos dois, o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 11.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo imobilizado da controlada indireta São Luiz se refere aos gastos incorridos com a construção da PCH Foz do Estrela. O ativo imobilizado em andamento enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre financiamento do BNDES são capitalizados no ativo imobilizado de acordo com o CPC 20 (R1). O montante capitalizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 410 (zero em 31 de dezembro de 2018). A controlada São Luiz estima que a conclusão da construção e entrada de operação da usina ocorrerá no 1º semestre de 2021.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

l) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

m) Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados pela Sociedade e quando possa ser mensurada de forma confiável e independente de quando o pagamento for recebido.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação transferida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos, impostos e encargos sobre vendas. A Sociedade avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como Agente em parte dos seus contratos caracterizados pelas operações as quais os riscos estão sendo repassados as partes relacionadas, para estas transações a Sociedade é um intermediador da operação, e como Principal nos contratos os quais a Sociedade está exposta aos riscos das transações, ou seja, a mesma arcará com eventuais sanções / penalidades por não cumprir com as obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com as contrapartes.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

n) Imposto de renda e contribuição social

Exceto para a Sociedade, para a controlada direta Brookfield Energia Renovável S.A. e para as controladas indiretas COINCE e BET, cujo imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro real mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável, as demais controladas apuram seus impostos com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração, conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

o) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

p) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

r) Contratos futuros de energia (compra e venda)

A controlada indireta da Sociedade, Brookfield Energia Comercializadora Ltda., possui um portfólio de contratos de energia futuros, que compreendem a compra e venda de energia, visando atender ofertas de consumo ou fornecimento de energia. A Brookfield Energia Comercializadora Ltda. possui flexibilidade para gerenciar esses contratos com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando suas políticas internas e limites de risco.

Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumento financeiro, devido ao fato de serem quitados pelo valor líquido a vista e serem prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos, segundo o CPC 48 - Instrumentos Financeiros e são reconhecidos no balanço da Brookfield Energia Comercializadora Ltda. pelo seu valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

O valor justo dos derivativos de compra e venda de energia são estimados com base nas cotações de preços de mercados ativos onde tais dados são observáveis de mercado de venda e energia e estão disponíveis a cada fechamento contábil para mensuração de valor justo. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas

Nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados os investimentos nas controladas contra seus respectivos patrimônios líquidos, lucros ou prejuízos não realizados entre empresas, quando aplicáveis, resultados de equivalência patrimonial e provisões para cobertura de passivos a descoberto de controladas, receitas e despesas realizadas entre empresas, saldos entre as empresas nos ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como é destacado o valor da participação dos acionistas minoritários nos resultados e nos patrimônios líquidos das controladas.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.4. Base de consolidação e investimentos em controladas--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas, por participação direta e indireta no capital social, como segue:

Controladas diretas	Percentuais de participação	
	2019	2018
Brookfield Energia Renovável S.A.	100%	100%
Brookfield Gestão e Energia Ltda.	-	0,5%

Controladas indiretas	Percentuais de participação	
	2019	2018
Aegir Energética Ltda.	100%	100%
Apollo Comercializadora Ltda. (*)	0%	100%
Água Clara Energética S.A.	100%	100%
Barra do Braúna Energética S.A.	100%	100%
Brookfield Energia Comercializadora Ltda.	100%	100%
Brookfield Energia Renovável Minas Gerais S.A.	100%	100%
Brookfield Gestão e Energia Ltda.	100%	99,5%
Caçador Energética S.A.	100%	100%
Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda.	100%	100%
Companhia Canadense de Investimentos em Energia - COINCE	100%	100%
Cotiporã Energética S.A.	100%	100%
Duas Lagoas Energética S.A. (**)	0%	100%
Energética Campos de Cima da Serra S.A.	100%	100%
Energética Ponte Alta S.A.	100%	100%
Energética Rio Pedrinho Ltda.	100%	100%
Energética Salto Natal S.A.	100%	100%
Lagoa Azul Energética S.A.	100%	100%
Lethe Energia Ltda. (**)	0%	100%
Linha Emília Energética S.A.	100%	100%
Lumbrás Energética S.A.	100%	100%
Mirante Energética S.A.	100%	100%
Pezzi Energética S.A.	100%	100%
Riachão Energética Ltda.	100%	100%
Rio Bonito Energética Ltda.	100%	100%
Rio Casca Energética Ltda.	100%	100%
Rio Glória Energética Ltda.	100%	100%
Rio Manhuaçu Energética Ltda.	100%	100%
Rio Pomba Energética Ltda.	100%	100%
Salto Jauru Energética S.A.	76,08%	76,08%
Santa Clara Energética Ltda.	100%	100%
Santo Afonso Energética Ltda.	100%	100%
São Carlos Energética Ltda.	100%	100%
São Geraldo Energética Ltda.	100%	100%
São Luiz Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos I Energética S.A.	100%	100%
Serra dos Cavalinhos II Energética S.A.	100%	100%
Serra Negra Energética S.A.	70%	70%
Zona da Mata Geração S.A.	100%	100%

(*) Anteriormente denominada São Carlos Energética Ltda., a Apollo Comercializadora Ltda. foi adquirida pela São João.

(**) Lethe e Duas Lagoas foram adquiridas pelo FIP4.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Novos pronunciamentos contábeis

A controlada direta Brookfield Energia Renovável S.A. e sua controlada indireta Brookfield Energia Renovável Minas Gerais S.A. decidiram adotar o CPC 06 (R2) de forma retrospectiva, com efeito cumulativo da aplicação inicial reconhecido na data da aplicação inicial, ou seja, 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. A renovação dos contratos, tanto de edificações quanto de equipamentos, se dará mediante a vontade entre as partes.

As controladas da Sociedade adotaram o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem modificada retrospectiva, optaram por aplicar a norma a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos. As controladas da Sociedade também optaram por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamento para os quais os prazos terminem dentro de 12 meses, a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente seja de baixo valor.

Na adoção do CPC 06 (R2), as controladas da Sociedade reconheceram os ativos pelo direito de uso e passivos de arrendamento envolvendo arrendamentos que já haviam sido classificados como "arrendamentos operacionais". Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes conforme descontados por meio da taxa de empréstimo incremental em 1º de janeiro de 2019.

O impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2), no consolidado, foi de R\$ 25.140 e registrado em 1º de janeiro de 2019.

No consolidado, em 31 de dezembro de 2019, o impacto no resultado da adoção do CPC 06 (R2) foi de R\$ 5.952, onde deste, R\$ 4.188 foram com despesas de depreciação e R\$ 1.764 com despesas de juros e a remoção da despesa de aluguel de R\$ 5.185.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.5. Novos pronunciamentos contábeis--Continuação

O ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento dos impostos sobre a renda, entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributáveis envolvem incerteza, que afeta a aplicação do CPC 32 – Imposto de renda. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela Sociedade. Se a Sociedade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a Sociedade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizáveis, créditos fiscais não usados, taxa de imposto e assim por diante). A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A Administração da Sociedade entende que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas informações da Sociedade, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, são considerados pela Administração da Sociedade, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que sim” de sustentação nas esferas judiciais.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e depósitos bancários	35	78	4.260	39.405
Aplicações financeiras	82	-	143.209	107.773
Total	117	78	147.469	147.178

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Controladora		Consolidado	
			2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco S.A.	Fundo DI	CDI	-	-	1.329	-
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	82	-	9.580	72.487
Banco Citibank S.A.	Fundo DI	CDI	-	-	46.255	-
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	-	-	86.045	35.286
			82	-	143.209	107.773

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber (Consolidado)

	Consolidado	
	2019	2018
Venda de energia	113.043	118.621
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	194.285	175.111
Contas a receber – partes relacionadas	33.210	78.752
Outros	12.158	-
	352.696	372.484

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo a vencer	344.300	290.873
Saldo vencido até 30 dias	4.430	28.735
Saldo vencido de 31 a 90 dias	11	19.247
Saldo vencido de 91 a 180 dias	92	-
Saldo vencido de 181 a 365 dias	20	11.703
Saldo vencido há mais de 365 dias	3.843	21.926
Total	352.696	372.484

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contratos de comercialização de energia

A controlada indireta da Sociedade, Brookfield Energia Comercializadora Ltda. (BET), opera no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e firmou contratos de compra e venda de energia bilateralmente com as contrapartes. Estas transações resultaram em ganho e perda com o excedente de energia para a BET, que foi reconhecido pelo seu valor justo. A realização do valor justo, por meio da liquidação física dos contratos de venda e compra de energia, no montante de R\$ (17.569) para o consolidado foi reconhecida, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	2019	2018
Comercialização de energia		
Marcação a mercado dos contratos de vendas	25.061	-
Marcação a mercado dos contratos de compras	(42.630)	-
Valor justo de marcação a mercado de instrumentos financeiros	(17.569)	-

O resultado real dos instrumentos financeiro (contratos futuros), podem variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base 31 de dezembro de 2019.

A controlada indireta da Sociedade, Brookfield Energia Comercializadora Ltda., tem como política pré-estabelecida de efetuar operações de comercialização de energia com prazo máximo de um ano.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Mútuos a receber (Consolidado)

A composição dos mútuos a receber é a seguinte:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	141.572	264.117
Liberação de recursos para partes relacionadas	70	-
Juros incorridos	5.689	17.147
Imposto sobre operação financeira	-	256
Amortização de principal	(78.646)	(139.948)
Amortização de juros	(52.843)	-
Saldo final	15.842	141.572

A controlada direta, Brookfield Energia Renovável S.A., possui operações de mútuo realizadas com acionista não controlador de uma de suas controladas e com a parte relacionada GACEL Participações S.A. corrigidas através do IGP-M e com vencimento indeterminado e com a parte relacionada Serra dos Cavalinhos I Energética S.A., sem incidência de encargos financeiros e com data de vencimento inferior a 12 meses.

Durante o exercício de 2016, a Brookfield Energia Renovável S.A., efetuou aquisição de debêntures da parte relacionada Itiquira Energética S.A. Estas debêntures são remuneradas a 100% do CDI com mais sobretaxa de 0,50% ao ano, e com data de vencimento em 09 de novembro de 2025. O valor nominal de cada uma das debêntures será pago conforme disponibilidade de caixa, na data do vencimento, exceto se as debêntures forem convertidas em ações.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Despesas antecipadas

A composição das despesas antecipadas é a seguinte:

	Consolidado	
	2019	2018
Adesão ao deslocamento hidráulico	2.482	7.447
Prêmio de seguro de risco operacional	4.262	2.070
Total	6.744	9.517
Ativo circulante	6.744	7.035
Ativo não circulante	-	2.482

Durante o exercício de 2015 foram publicadas a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, e a Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, que estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica por agentes participantes Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, com o objetivo de buscar uma solução para condições hidrológicas adversas.

Em 18 de dezembro de 2015, as controladas indiretas da Sociedade Água Clara Energética S.A., Brookfield Energia Renovável Minas Gerais S.A., Barra do Braúna Energética S.A., Rio Glória Energética Ltda., Lagoa Azul Energética S.A., Rio Pomba Energética Ltda., Zona da Mata Geração S.A., Caçador Energética S.A., Cotiporã Energética S.A., Linha Emília Energética S.A. e Serra Negra Energética S.A. aprovaram a proposta de repactuação do risco hidrológico, no qual optou-se pela classe de produto SP100, com prêmio de risco associado de R\$ 9,50/MWh. Os valores antecipados, referente ao prêmio de risco, serão compensados com os prêmios devidos do período de janeiro de 2016 a junho de 2020.

8. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	Consolidado	
			2019	2018
Banco Itaú S.A.	Fundos	CDI	9.611	16.978
			9.611	16.978

As controladas indiretas da Sociedade possuem depósitos em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Uso de Bem Público – UBP – Direitos de outorga

A controlada indireta Barra do Braúna, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Barra do Braúna, desembolsará à União, ao longo do prazo de vigência do Contrato de Concessão e enquanto o estiver explorando, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido nos contratos de concessão, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M.

A primeira parcela foi desembolsada no início da operação comercial da 1ª unidade geradora e a última parcela ocorrerá no término da concessão.

O saldo do ativo é amortizado pelo prazo da concessão desde o momento em que a usina entrou em operação. O saldo do passivo é atualizado mensalmente pelos encargos financeiros (*pró-rata temporis*), conforme determinado no respectivo contrato de concessão, e a contrapartida dessa atualização monetária é registrada como despesa financeira - variação monetária passiva. O valor presente das parcelas foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 3,5% ao ano tomando como base TJLP na data da concessão de 8% e a expectativa de inflação em 4,5%.

A controlada indireta da Sociedade tem registrado o total do direito de outorga, ativo contra passivo, pelo valor presente, desde a entrada da usina em operação.

Movimentação do Uso do Bem Público – UBP – Direitos de outorga:

Saldos do ativo	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	20.289	21.465
Amortização	(1.176)	(1.176)
Saldo final	19.113	20.289

Saldos do passivo	Consolidado	
	2019	2018
Saldo inicial	28.020	29.994
Atualização monetária provisionada	900	974
Pagamento	(3.234)	(2.948)
Saldo final	25.686	28.020

Passivo circulante	2.440	2.440
Passivo não circulante	23.246	25.580

Os compromissos do passivo não circulante, atualizados até 31 de dezembro de 2019, estão assim distribuídos:

2021	2.440
2022	2.440
2023	2.440
Após 2023	15.926
	23.246

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimento (Controladora)

Investida	Participação sobre o capital total		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício		Valor dos investimentos		Equivalência patrimonial	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Controladas										
Brookfield Energia Renovável S.A.	100,00%	100,00%	2.166.020	2.386.335	257.696	118.705	2.166.020	2.386.335	257.696	118.705
Brookfield Gestão e Energia Ltda.	0,00%	0,50%	5.095	4.988	139	(13)	-	25	-	-
Total - Controladora					257.835	118.692	2.166.020	2.386.360	257.696	118.705
Não controladas										
Galera Centrais Elétricas S.A.	50,00%	50,00%	153.983	151.477	34.184	7.436	76.992	75.738	17.092	3.718
Rio Galera Energética S.A.	50,00%	50,00%	4.457	4.459	(1)	3	2.229	2.229	-	2
Outros investimentos					-	-	-	22	-	-
Total - Consolidado					34.183	7.439	79.221	77.989	17.092	3.720

Na controladora, a movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

Controladas	Saldo em 2018	Equivalência patrimonial	Dividendos	Outras movimentações	Saldo em 2019
Brookfield Energia Renovável S.A.	2.386.335	257.696	(478.011)	-	2.166.020
Brookfield Gestão e Energia Ltda.	25	-	-	(25)	-
Controladas	Saldo em 2017	Equivalência patrimonial	Aporte de capital	Dividendos	Saldo em 2018
Brookfield Energia Renovável S.A.	2.467.417	118.705	-	(199.787)	2.386.335
Brookfield Gestão e Energia Ltda.	-	-	25	-	25

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos (Controladora)--Continuação

Principais informações sobre empresas controladas

	2019				2018			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Brookfield Energia Renovável S.A.	2.607.616	441.596	2.166.020	257.696	2.804.992	418.657	2.386.335	118.705

Movimentação do investimento em empresas não controladas

Investidas	Saldo em 2018	Equivalência patrimonial	Dividendos	Outras movimentações	Saldo em 2019
Galera Centrais Elétricas S.A.	75.738	17.092	(15.838)	-	76.992
Rio Galera Energética S.A.	2.229	-	-	-	2.229
Outros investimentos	22	-	-	(22)	-
	77.989	17.092	(15.838)	(22)	79.221

Investidas	Saldo em 2017	Equivalência patrimonial	Aporte/ (redução) de capital	Dividendos	Saldo em 2018
Galera Centrais Elétricas S.A.	86.275	3.718	(3.500)	(10.755)	75.738
Rio Galera Energética S.A.	2.079	2	150	(2)	2.229
Outros investimentos	21	-	1	-	22
	88.375	3.720	(3.349)	(10.757)	77.989

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos (Controladora)--Continuação

Principais informações sobre as empresas não controladas

	2019					2018			
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Recursos destinados a aumento de capital	Lucro (prejuízo) do exercício	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício
Galera Centrais Elétricas S.A.	187.671	33.688	153.983	-	34.184	181.038	29.561	151.477	7.436
Rio Galera Energética S.A.	4.602	5	4.457	140	(1)	4.466	7	4.459	3

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado (Consolidado)

	Em serviço							Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
31 de dezembro de 2017	37.385	632.713	2.795.439	342.098	168.302	11.043	35.421	4.022.401
Adições	-	11	-	-	-	1.334	47.465	48.810
Baixas	-	(4.773)	-	-	(9)	(78)	(4.941)	(9.801)
Transf. partes relacionadas (*)	-	-	-	-	-	-	(8.031)	(8.031)
Transferências	1	21.389	7.711	981	30	275	(30.387)	-
31 de dezembro de 2018	37.386	649.340	2.803.150	343.079	168.323	12.574	39.527	4.053.379
Adições	-	-	-	-	-	1.722	100.588	102.310
Adições sem efeito caixa (**)	-	-	-	-	-	-	16.367	16.367
Baixas	-	(1.790)	-	(35)	(13)	(141)	(2.510)	(4.489)
Transferências	(1)	10.957	1.061	1.073	196	788	(14.074)	-
31 de dezembro de 2019	37.385	658.507	2.804.211	344.117	168.506	14.943	139.898	4.167.567
31 de dezembro de 2017	(13.835)	(231.347)	(1.081.399)	(114.692)	(61.016)	-	-	(1.502.289)
Adições de depreciação	(1.575)	(33.706)	(126.536)	(14.880)	(7.836)	-	-	(184.533)
Baixas de depreciação	-	1.291	-	-	4	-	-	1.295
31 de dezembro de 2018	(15.410)	(263.762)	(1.207.935)	(129.572)	(68.848)	-	-	(1.685.527)
Adições de depreciação	(708)	(26.361)	(49.065)	(7.691)	(4.202)	-	-	(88.027)
Baixas de depreciação	-	1.036	-	17	7	-	-	1.060
31 de dezembro de 2019	(16.118)	(289.087)	(1.257.000)	(137.246)	(73.043)	-	-	(1.772.494)
Total em 31 de dezembro de 2018	21.976	385.578	1.595.215	213.507	99.475	12.574	39.527	2.367.852
Total em 31 de dezembro de 2019	21.267	369.420	1.547.211	206.871	95.463	14.943	139.898	2.395.073

(*) Durante o exercício de 2018, partes dos saldos registrados como bens em andamento relativos a projetos de M&A foram transferidos para a linha de contas a receber com partes relacionadas.

(**) Durante o exercício de 2019, ocorreram adições sem efeito caixa por parte de sua controlada indireta São Luiz. O montante de R\$ 16.367 é composto por: R\$ 15.957 referente as provisões de conclusão de obra de São Luiz e R\$ 410 refere-se a capitalização de juros, ambos sem efeito caixa.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão da taxa de depreciação de seus ativos imobilizados ao final dos exercícios de 2019 e 2018 e não julgaram necessário alterar a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos de edificações, obras civis e benfeitorias, máquinas e equipamentos, reservatórios, barragens e adutoras, transmissão e distribuição e outros. O imobilizado das controladas, ou seja, os ativos administrativos são depreciados a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final dos exercícios de 2019 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos (das empresas Brasil Central, Barra do Brauna, Caçador, Cavalinhos I, Cavalinhos II, Cotiporã, Campos de Cima da Serra, Linha Emília, Rio Pedrinho, Galera, São Geraldo, Rio Glória, Grapon, Lagoa Azul, Lumbrás, Rio Manhuaçu, Pezzi, Rio Pomba, Ponte Alta, Riachão, Salto Jaurú, Santa Ana, Salto Natal e Serra Negra).

Mediante a este cenário a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

A mudança na renovação do prazo da outorga das controladas citadas anteriormente foram realizadas prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e ocasionaram em uma diminuição da depreciação de R\$ 93.520 nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2019.

Para o cálculo da depreciação, é considerado a vida útil dos bens ou o prazo de autorização ou concessão, dos dois, o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

b) Adoção do custo atribuído (*deemed cost*)

Conforme faculdade estabelecida pelo ICPC 10/CPC 27 (IAS 16), as controladas diretas e indiretas da Sociedade optaram durante a adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC em convergência ao IFRS, pela avaliação do custo atribuído dos bens integrados do ativo imobilizado (somente para os bens referentes à operação da usina).

Os valores atribuídos foram determinados por meio do fluxo de caixa descontado, gerando um acréscimo em 1º de janeiro de 2009 e em 1º de janeiro de 2010 de R\$ 1.783.654 e de R\$ 108.066, respectivamente, registrado no ativo imobilizado consolidado. Nos saldos do imobilizado da controladora são considerados o imobilizado administrativo e não foi efetuado ajuste por valores atribuídos para este imobilizado, pelo fato desses ativos já estarem registrados pelo seu valor justo.

c) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade analisaram o valor contábil líquido do ativo imobilizado com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2019, seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativo financeiro

Com base nas características estabelecidas no contrato de Concessão 39/1999 e Portaria nº 2/1996, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível, em virtude de a sua recuperação estar condicionada à prestação do serviço público (vendas de energia).

A infraestrutura construída da atividade de geração de energia, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Sociedade é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte referente à venda de energia elétrica para seus clientes (emissão do faturamento mensal da medição de energia) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Movimentação do ativo financeiro:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	54.377	82.340
Atualização monetária da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	1.836	4.217
Recebimento de parcela da indenização de Ervália e Coronel Domiciano	(12.985)	(32.123)
Baixas de ativo financeiro	-	(57)
Total	<u>43.228</u>	<u>54.377</u>

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível (Consolidado)

	Máquinas e equipamentos	Reservatório, barragens e adutoras	Edificações obras civis Benfeitorias	Transmissão e distribuição	Bens em andamento	Estoques fixos	Total Intangível ZMT IFRIC 12	Direito de exploração e concessão	Estudos e projetos	Extensão de outorga	Contrato de cessão onerosa	Total
31 de dezembro de 2017	8.717	7.937	11.752	10	518	310	29.244	158.823	13.700	2.322	57.525	261.614
Adições	404	-	-	-	113	11	528	-	12.531	-	-	13.059
Baixas	-	-	(14)	-	-	-	(14)	-	(3.850)	-	-	(3.864)
Transferências (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.976)	-	-	(8.976)
31 de dezembro de 2018	9.121	7.937	11.738	10	631	321	29.758	158.823	13.405	2.322	57.525	261.833
Adições	239	-	-	-	-	35	274	-	4.139	-	-	4.413
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.204)	-	-	(1.204)
Transferências (*)	200	-	34	-	(234)	-	-	-	(2.345)	-	-	(2.345)
31 de dezembro de 2019	9.560	7.937	11.772	10	397	356	30.032	158.823	13.995	2.322	57.525	262.697
31 de dezembro de 2017	(5.553)	(4.651)	(7.089)	(6)	-	-	(17.299)	(87.710)	-	-	(18.766)	(123.775)
Adições de amortização	(571)	(248)	(426)	-	-	-	(1.245)	(5.243)	-	(160)	(3.180)	(9.828)
Baixas de amortização	7	-	52	-	-	-	59	-	-	-	-	59
31 de dezembro de 2018	(6.117)	(4.899)	(7.463)	(6)	-	-	(18.485)	(92.953)	-	(160)	(21.946)	(133.544)
Adições de amortização	(602)	(249)	(425)	-	-	-	(1.276)	(5.056)	-	-	(3.074)	(9.406)
31 de dezembro de 2019	(6.719)	(5.148)	(7.888)	(6)	-	-	(19.761)	(98.009)	-	(160)	(25.020)	(142.950)
Total em:												
31 de dezembro de 2018	3.004	3.038	4.275	4	631	321	11.273	65.870	13.405	2.162	35.579	128.289
31 de dezembro de 2019	2.841	2.789	3.884	4	397	356	10.271	60.814	13.995	2.162	32.505	119.747

(*) Durante o exercício de 2019 e 2018, parte do saldo registrado como ativo intangível foi transferido para a linha de contas a receber com partes relacionadas do Grupo.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível (Consolidado)--Continuação

- (a) Em 11 de julho de 2007, nas controladas indiretas Rio Pomba Energética Ltda. ("Pomba"), Rio Manhuaçu Energética Ltda. ("Manhuaçu"), Centrais Hidrelétricas Grapon Ltda. ("Grapon") e São Geraldo Energética Ltda. ("Geraldo"), foram firmados contratos de cessão onerosa de direitos de comercialização de energia elétrica entre a Brookfield Energia Renovável S.A. e a Cat-Leo Comercializadora de Energia Elétrica Ltda., com a interveniência da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., por meio do qual foi manifestada a intenção de implementar redução dos montantes de energia contratados nos termos do CCVEE (contrato de compra e venda de energia elétrica) mantido com a CFLCL.

A parte do preço de cessão cabível as controladas foi estabelecida por meio do acordo sobre a vinculação de pagamento do preço de cessão onerosa de direitos e do termo de compromisso de redução da energia contratada assinados entre as controladas e a CFLCL, sendo registrado como ativo intangível nas controladas o montante de R\$ 9.769 (Pomba), R\$ 6.091 (Manhuaçu), R\$ 19.916 (Grapon) R\$ 10.039 (Gerald), equivalente respectivamente, à descontração de 7,25 MW (Pomba), 4,52MW (Manhuaçu) e 22,23 MW (Grapon) médios de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2016 até dezembro de 2029 (Pomba) e a partir de março de 2013 até dezembro de 2029 (Manhuaçu) de acordo com o período de autorização das PCHs cuja energia será descontraída. Em 30 de agosto de 2010 foi celebrado primeiro termo aditivo ao contrato de compra e venda de energia elétrica aditado e consolidado entre Brookfield Energia Renovável S.A. e Energisa Minas Gerais Distribuidor de Energia S.A., alterando a data de suprimento de energia a ser descontraída de 1º de janeiro de 2011 para 1º de janeiro de 2016, conforme 1º aditivo ao termo de compromisso de redução de energia contratada para a controlada Rio Pomba Energética Ltda.

Para a controlada indireta Grapon até 31 de dezembro de 2010, foram firmados diversos contratos para a venda dos 22,23 MW médio de energia. Esse ativo iniciou sua amortização em 1º de janeiro de 2010 e tem data prevista de encerramento em dezembro de 2029, de acordo com o período de descontração firmado em contrato.

Em agosto de 2012, a Rede Comercializadora de Energia S.A. e a controlada indireta Brookfield Energia Comercializadora Ltda. ("BET") assinaram um instrumento de cessão onerosa de direitos por força do qual a Rede Comercializadora de Energia S.A. cedeu à BET os direitos e obrigações de que era titular, perante a Salto Jaurú Energética S.A. ("SAJESA"), em contrapartida da liquidação de seu contas a pagar de energia elétrica.

De acordo com o termo de entendimentos iniciais, a SAJESA ficava obrigada a pagar à Rede Comercializadora de Energia S.A. valores de comissões incidentes sobre diferenças de valores entre a venda de energia no mercado livre e o preço pelo qual a energia seria vendida à CEMAT.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível (Consolidado)--Continuação

Por força desse instrumento de cessão onerosa, as obrigações de pagamento que a SAJESA tinha com a Rede Comercializadora de Energia S.A foram transferidos para a BET.

A amortização deste intangível (registrado originalmente no montante de R\$ 11.710) ocorre com base no recebimento da comissão previamente citada, líquidas de impostos, e impactado pelos montantes de energia negociados.

A Sociedade analisou o valor contábil do ativo intangível e nenhuma provisão para perda do seu valor recuperável foi requerida para as controladas supracitadas.

- (b) Ágio pago quando da aquisição das controladas indiretas Zona da Mata e Lumbrás, decorrente do direito de exploração delegado pelo Poder Público, está sendo amortizado pelo prazo de concessão da ANEEL, descontado o tempo decorrido até o início das operações de geração de energia.
- (c) A controlada indireta Riachão Energética Ltda., aderiu a repactuação do risco hidrológico através do despacho nº 55 de 13 de janeiro de 2016, alterando o prazo de extensão da outorga de 5 de abril de 2031 para 2 de maio de 2032.

Desta forma, o saldo remanescente da repactuação, após o término da vigência do contrato repactuado, foi realocado para o Grupo do Ativo Intangível da Sociedade e será amortizado de forma linear a partir de abril de 2031 até maio de 2032, período este no qual a Sociedade teve direito à extensão da outorga.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Arrendamento mercantil (Consolidado)

A composição dos arrendamentos mercantis é a seguinte:

Custo	Edificações	Equipamentos	Total
31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adições por adoção inicial do CPC 06 (R2)	23.011	811	23.822
Atualização de contrato de leasing (*)	1.318	-	1.318
31 de dezembro de 2019	24.329	811	25.140
Depreciação			
31 de dezembro de 2018	-	-	-
Adições de depreciação (**)	(4.188)	-	(4.188)
31 de dezembro de 2019	(4.188)	-	(4.188)
Total em 31 de dezembro de 2018	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2019	20.141	811	20.952

(*) Os contratos de aluguel dos escritórios do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul tiveram ajuste da parcela mensal de pagamento na ordem de 6% a maior para Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul e de 7% a menor para Mato Grosso. Ambos os contratos mantiveram o prazo estabelecido inicialmente.

(**) O direito de uso dos contratos é amortizado de acordo com o período de vigência dos contratos. Para edificações no Rio de Janeiro são 80 meses, em Mato Grosso são 20 meses e Mato Grosso do Sul são 50 meses. Para equipamentos são 35 meses (locação de frota veicular).

Os arrendamentos são depreciados durante o prazo de vigência do contrato de locação, delimitados as outorgas das controladas, maio de 2046.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Arrendamento mercantil (Consolidado)--Continuação

Em 31 de dezembro de 2019, os passivos de arrendamento mercantil são como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Valor nominal dos pagamentos futuros	26.660	-
Ajuste a valor presente	(4.941)	-
	21.719	-
Circulante	3.716	-
Não circulante	18.003	-

A movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada como segue:

	Consolidado
	Passivo
Adoção inicial - 01/01/2019	23.822
Atualização de contrato de leasing (*)	1.318
Pagamento	(5.185)
Juros sobre arrendamento mercantil	1.764
Saldos em 31/12/2019	21.719

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa de 8,53%. As premissas utilizadas por suas controladas para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado
2021	3.716
2022	3.716
2023	3.716
2024	3.716
A partir de 2025	3.139
	18.003

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	-	-	12.759	4.684
Fornecedores	-	9	73.358	53.283
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	1.817	1.563
Contas a pagar – partes relacionadas	-	-	27.567	65.461
Seguros	-	-	42	1.393
Outros	-	-	288	257
Total	-	9	115.831	126.641
Passivo circulante	-	9	115.543	126.384
Passivo não circulante	-	-	288	257

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Credor	Modalidade	Encargos	Controladora			
			2019		2018	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional						
Brookfield energia Renovável S.A.	Mútuo	Sem juros	-	-	-	30
Total			-	-	-	30

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Credor	Modalidade	Encargos	Sociedade	Consolidado			
				2019		2018	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional							
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Pezzi	5.350	43.643	5.347	48.686
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,18% a.a.	Serra dos Cavalinhos I	7.750	121.850	7.742	128.803
BNDES	BNDES automático	TJLP (*) + 2,51% a.a.	Serra dos Cavalinhos II	8.027	65.196	8.213	72.764
Banco do Brasil	1ª emissão debêntures	113,4% do CDI	BER	4.406	250.000	5.074	250.000
BNDES	BNDES automático	IPCA + 3,93% a.a.	SLUIZ	-	63.262	-	-
GACEL	Partes relacionadas	Sob demanda	BER	-	7.132	-	7.030
				25.533	551.083	26.376	507.283
		Despesa de contratação (**)	Serra dos Cavalinhos I	-	(2.336)	(133)	(2.338)
		Despesa de contratação (***)	BER	(206)	(591)	(206)	(796)
Total				25.327	548.156	26.037	504.149

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

(**) Refere-se a gastos com IOF – Imposto sobre Operações Financeiras e comissões em favor do BNDES necessários para liberação do financiamento.

(***) Refere-se ao custo de estruturação da operação devido ao banco, necessário para a emissão das debêntures.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo inicial	30	-	530.186	634.072
Captação	-	30	62.852	265.709
Juros capitalizados	-	-	410	-
Juros provisionados	-	-	36.200	38.610
Juros incorporados ao principal	-	-	820	2.780
Amortização – principal	(30)	-	(20.507)	(375.639)
Pagamento – juros	-	-	(36.916)	(34.337)
IOF provisionado	-	-	100	30
	-	30	573.145	531.225
Despesa de contratação	-	-	338	(1.039)
Saldo final	-	30	573.483	530.186

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor é composto por principal e juros, e é amortizado mensalmente, tendo os contratos como vencimento as datas demonstradas abaixo:

Devedor	Credor	Vencimento
Pezzi	BNDES	15 de setembro de 2029
Serra dos Cavalinhos I	BNDES	15 de setembro de 2037
Serra dos Cavalinhos II	BNDES	15 de setembro de 2029
São Luiz	BNDES	15 de novembro de 2038
BER	Banco do Brasil	11 de setembro de 2023

Em 28 de novembro de 2019, a controlada indireta São Luiz realizou uma captação de R\$ 62.852, e a amortização será mensalmente, a partir de 15 de janeiro de 2022, tendo o contrato como vencimento final a data de 15 de novembro de 2038.

Em 14 de setembro de 2018, a controlada direta Brookfield Energia Renovável S.A., emitiu 25 mil debêntures públicas não conversíveis em ações no valor de R\$ 250 milhões de reais, com valor nominal unitário de 10 mil reais. Essas debêntures são remuneradas a 113,4% do CDI com vencimento em 11 de setembro de 2023 e com pagamentos de juros semestrais.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2019, têm os seguintes vencimentos:

	Consolidado
Ano	
2021	20.331
2022	24.058
2023	280.599
2024	24.058
Após 2024	199.110
Total	548.156

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

A controlada direta Brookfield Energia Renovável S.A. está sujeita a cláusulas restritivas constantes nas escrituras das debêntures. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção pela Brookfield Energia Renovável S.A. do índice financeiro do quociente da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA da Brookfield Energia Renovável S.A., que deverá ser inferior a 4,5 vezes, o qual foi atendido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Não existiram cláusulas restritivas em *default* na controladora e nas controladas sem a devida anuência das respectivas instituições financeiras em 31 de dezembro de 2019.

17. Provisão para contingências

Com base nos fatos atualmente disponíveis e na opinião de seus consultores legais, a Administração da Sociedade acredita que a resolução de boa parte dessas causas atuais ou discussões potenciais deverá ser satisfatória para as partes envolvidas, e para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável, constitui provisão.

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2019	2018
Riscos cíveis (a)	3.448	3.474
Riscos trabalhistas (b)	2.084	1.511
Riscos tributários (c)	-	176
Total	5.532	5.161

Segue abaixo a movimentação das contingências provisionadas pela administração:

	Consolidado			
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
31 de dezembro de 2017	3.326	1.808	176	5.310
Adição	467	1.229	-	1.696
Baixa	(866)	(1.676)	-	(2.542)
Atualização	547	150	-	697
31 de dezembro de 2018	3.474	1.511	176	5.161
Adição	19	1.039	-	1.058
Baixa	(178)	(923)	(176)	(1.277)
Atualização	133	457	-	590
31 de dezembro de 2019	3.448	2.084	-	5.532

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

A controlada direta Brookfield Energia Renovável S.A. e suas controladas indiretas, em 31 de dezembro de 2019, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis as quais foram provisionadas:

a) Provisão para riscos cíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Brookfield Energia Renovável S.A. possui uma ação de desapropriação, uma indenizatória e uma reintegração de posse classificadas por seus assessores jurídicos como sendo de perda provável, no montante de R\$ 1.856_(R\$ 1.575 em 31 de dezembro de 2018).

Nas demais controladas da Sociedade

Barra do Braúna

Em 31 de dezembro de 2019, existem provisões para contingências contabilizadas pela Sociedade, classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 41 (R\$ 36 em 31 de dezembro de 2018). Esse montante refere-se a duas ações indenizatórias.

Brookfield Energia Renovável Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2018, não existiam processos judiciais cíveis classificados como perda provável. No entanto, em 31 de dezembro de 2019 existem processos judiciais classificados como perda provável, no montante de R\$ 6, referente a uma reintegração de posse.

Linha Emília

Em 31 de dezembro de 2019, existem provisões para contingências contabilizadas pela Sociedade, classificadas como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 373 (R\$ 619 em 31 de dezembro de 2018). Esse montante refere-se a duas ações de servidão administrativa de passagem.

Pezzi

Em 31 de dezembro de 2019, existe provisão para contingência contabilizada pela Sociedade, classificada como perda provável por seus assessores legais, no montante de R\$ 2 (R\$ 1 em 31 de dezembro de 2018) referente a uma ação de desapropriação.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

a) Provisão para riscos cíveis--Continuação

Nas demais controladas da Sociedade--Continuação

Salto Jaurú

Em 31 de dezembro de 2019, existe provisão para contingência classificada pela Sociedade como perda provável, no montante de R\$ 402 (R\$ 359 em 31 de dezembro de 2018) referente a uma ação de desapropriação de imóveis.

Lumbrás

Em 31 de dezembro de 2019, existem processos judiciais cíveis classificados pela Sociedade como perda provável, no montante de R\$ 740 (R\$ 859 em 31 de dezembro de 2018), referente a ações de desapropriação de imóvel rural e instituições de servidões administrativas.

Serra dos Cavalinhos I

Em 31 de dezembro de 2019, existem processos judiciais cíveis classificados pela Sociedade como perda provável, no montante de R\$ 28 (R\$ 24 em 31 de dezembro de 2018), referente a duas ações de desapropriação.

b) Provisão para riscos trabalhistas

Brookfield Energia Renovável S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, há ações trabalhistas classificadas pelos nossos Assessores Jurídicos como perda provável, no montante de R\$ 1.032 (R\$ 596 em 31 de dezembro de 2018).

Brookfield Energia Renovável Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2019, existe provisão para contingência trabalhista classificada pela Sociedade como perda provável, no montante de R\$ 1.018 (R\$ 915 em 31 de dezembro de 2018), referente à uma Reclamação Trabalhista.

Energética Rio Pedrinho

Em 31 de dezembro de 2018 não existia processos judiciais cíveis classificados como perda provável. No entanto, em 31 de dezembro de 2019, existem processos judiciais classificados como perda provável, no montante de R\$ 33, referente a uma Reclamação Trabalhista.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

c) Provisão para riscos tributários

Brookfield Energia Renovável Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2019 não existe provisão para contingência tributária classificada pela Sociedade como perda provável. Em 31 de dezembro de 2018, o montante era de R\$ 176 referente a uma notificação de lançamento de Imposto Territorial.

d) Contingências possíveis

	Consolidado	
	2019	2018
Riscos cíveis	17.826	13.185
Riscos trabalhistas	8.924	21.918
Administrativo e tributário	3.925	7.553
Total	30.675	42.656

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis

A controlada direta Brookfield Energia Renovável S.A. possui processos de natureza diversa, classificados como perda possível: (a) 33 ações trabalhistas no montante de R\$ 8.924 (dezessete ações trabalhistas no montante de R\$ 5.341 em 31 de dezembro de 2018); (b) 1 processo tributário no valor de R\$ 52 (dezenove processos tributários no valor de R\$ 3.837 em 31 de dezembro de 2018); (c) 20 ações de natureza cível no valor de R\$ 2.649 (trinta e sete ações de natureza cível no valor de R\$ 8.265 em 31 de dezembro de 2018).

Linha Emília

Em 31 de dezembro de 2019, existem dois processos judiciais tributários classificados como perda possível, no montante de R\$ 195 (R\$ 157 em 31 de dezembro de 2018).

Lumbrás

Em 31 de dezembro de 2019, existe um processo judicial tributário classificado como perda possível, no montante de R\$ 82 (nada constava em 31 de dezembro de 2018).

Barra do Braúna

Em 31 de dezembro de 2019, existem processos judiciais de natureza cível, classificados como perda possível, no montante de R\$ 4.392 (R\$ 3.631 em 31 de dezembro de 2018), referente a ações indenizatórias e manutenção de posse .

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

d) Contingências possíveis--Continuação

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis—Continuação

Caçador

Em 31 de dezembro de 2019, existem processos efetuados, classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 208 (R\$ 168 em 31 de dezembro de 2018), referente a um processo administrativo.

Serra dos Cavalinhos II

Em 31 de dezembro de 2019, existem processos, classificados como perda possível por seus assessores legais, no montante de R\$ 11 (R\$ 450 em 31 de dezembro de 2018), referente a um auto de infração.

Salto Jaurú

Em 31 de dezembro de 2019, existem processos, classificados como perda possível por seus assessores legais no montante de R\$ 20.834 (R\$ 16.521 em 31 de dezembro de 2018), referente a uma ação de desapropriação movida pela Salto Jaurú contra Adilson Tavares do Nascimento, uma ação anulatória monitória e uma ação tributária.

Grapon

Em 31 de dezembro de 2019, possui uma contingência classificada como perda possível, no montante de R\$ 576 (R\$ 1.227 em 31 de dezembro de 2018), referente a cinco processos administrativos.

Brookfield Energia Renovável Minas Gerais

Em 31 de dezembro de 2019, existem contingências decorrentes de demandas judiciais classificadas como perda possível no valor de R\$ 3.193 (R\$ 1.628 em 31 de dezembro de 2018) referente a cinco ações de natureza tributária no valor de R\$ 1.156 (R\$ 1.323 em 31 de dezembro de 2018), uma ação de natureza trabalhista no valor de R\$ 2.037 (R\$ 56 em 31 de dezembro de 2018) e nada constava em 31 de dezembro de 2019 referente a duas ações de natureza administrativa (R\$ 249 em 31 de dezembro de 2018).

Rio Pomba

Em 31 de dezembro de 2019, há três contingências classificadas como perda possível, no montante de R\$ 430 (R\$ 346 em 31 de dezembro de 2018) referente a três ações tributárias.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Provisão para contingências--Continuação

d) Contingências possíveis--Continuação

Descrição das principais contingências avaliadas como possíveis—Continuação

Zona da Mata

Em 31 de dezembro de 2019, possui uma contingência classificada como perda possível, no montante de R\$ 260 (R\$ 102 em 31 de dezembro de 2018) referente a um processo cível de consignação em pagamento, três processos tributários e um Auto de Infração.

Serra Negra

Em 31 de dezembro de 2019, possui uma contingência classificada como perda possível, no montante de R\$ 57 (R\$ 45 em 31 de dezembro de 2018), referente a uma ação tributária e um montante de R\$ 1.178 (R\$ 938 em 31 de dezembro de 2018) referente a uma ação cível.

Pezzi

Em 31 de dezembro de 2019, existe um processo trabalhista classificado como perda possível, no montante de R\$ 722 (nada constava em 31 de dezembro de 2018).

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para risco hidrológico

A composição da provisão para risco hidrológico é:

	Consolidado	
	2019	2018
Provisões MRE/CCEE (*)	165.507	215.320
Total	165.507	215.320

(*) Em 2018, o saldo se refere ao diferencial a pagar devido aos impactos da liminar do GSF e GFIS, e em 2019 refere-se apenas aos impactos da liminar do GSF.

Em 2015, devido ao período de escassez de chuvas, a CCEE diminuiu a garantia física das empresas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) que estão no mercado livre de energia, incluindo as controladas indiretas da Sociedade. Posteriormente, em conjunto com os demais membros da ABRAGEL (Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica), as controladas indiretas da Sociedade entraram com uma liminar contra a CCEE para garantir a manutenção de sua garantia física (GFIS). Com isso, as controladas indiretas da Sociedade efetuaram o provisionamento desta em disputa.

Em 28 de junho de 2019, a referida Liminar obteve julgamento favorável em primeira instância. Por esse motivo, nossos assessores jurídicos alteraram a probabilidade de perda para remota, e em setembro de 2019, as controladas indiretas da Sociedade junto aos seus advogados, com base em um parecer jurídico, avaliaram, a partir das informações disponíveis no momento, que essa disputa possui chance de perda remota, não necessitando mais de provisionamento no balanço.

O efeito da reversão de provisão da Liminar do GFIS, referente à Portaria MME 463/2009 e sua atualização monetária, perfaz R\$ 57.204 nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 1.001.439, dividido em 1.060.902.576 (um bilhão, sessenta milhões, novecentas e duas mil e quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Os efeitos decorrentes da avaliação do ativo imobilizado das controladas diretas e indiretas da Sociedade realizada em 1º de janeiro de 2009, em acordo com o CPC 27 e ICPC 10, foram alocados no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Os valores serão transferidos a conta de "Lucros acumulados" na mesma proporção em que o ativo imobilizado será depreciado e o Imposto de Renda e Contribuição Social apropriado ao resultado.

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos. O aumento da vida útil também foi refletido no ajuste de avaliação patrimonial na mesma proporção de forma que a vida útil remanescente depreciável finalize dentro do mesmo período.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora--Continuação

d) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

O Estatuto Social determina também que, atendida à destinação do dividendo mínimo obrigatório, o saldo disponível será distribuído, igualmente, como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Em 15 de agosto de 2019, os acionistas, por meio da Ata da Reunião do Conselho de Administração, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 111.500 (R\$ 105,10 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 13 de maio de 2019, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 68.165 (R\$ 64,25 por lote de mil ações) e em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 6.840 (R\$ 6,45 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 19 de fevereiro de 2019, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 63.250 (R\$ 59,62 por lote de mil ações) e em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 86.750 (R\$ 81,77 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 18 de janeiro de 2019, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 12.226 (R\$ 11,52 por lote de mil ações) e em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 67.774 (R\$ 63,88 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 04 de dezembro de 2018, os acionistas, por meio da Ata de Reunião de Diretoria, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 97.000 (R\$ 91,43 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Em 21 de junho de 2018, os acionistas, por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada nesta data, aprovaram a distribuição de dividendos referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, no valor de R\$ 40.161 (R\$ 37,86 por lote de mil ações) e em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 34.362 (R\$ 32,39 por lote de mil ações) à conta de Reserva Especial.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Participação dos acionistas não controladores

2019

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	67.649	31.797	20.295	9.539
Salto Jauru Energética S.A.	23,92%	87.600	17.349	20.950	4.149
Total				41.245	13.688

2018

Empresa	Participação do acionista não controlador	Patrimônio líquido	Lucro líquido	Participação de acionistas não controladores	
				Patrimônio líquido	Resultado
Serra Negra Energética S.A.	30,00%	64.512	14.105	19.354	4.231
Salto Jauru Energética S.A.	23,92%	86.240	1.493	20.625	357
Total				39.979	4.588

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita operacional líquida (Consolidado)

	Consolidado	
	2019	2018
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	1.112.503	967.750
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	164.367	59.832
Venda de energia elétrica - comercialização	180.551	113.323
Resultado com MRE e CCEE (*)	228.599	175.969
Serviços de operação e manutenção - partes relacionadas	10.121	9.425
Serviços de administração - partes relacionadas	7.398	5.982
	1.703.539	1.332.281
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
ICMS	(23.599)	(19.012)
PIS	(33.092)	(26.336)
COFINS	(152.472)	(121.021)
ISS	(1.884)	(728)
Receita operacional líquida	1.492.492	1.165.184

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custo de geração de energia				
Compra de energia elétrica	-	-	296.702	239.931
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	-	-	385.270	274.821
Compra de energia elétrica – Comercialização	-	-	198.435	134.850
(-) Impostos sobre compra de energia elétrica	-	-	(139.307)	(125.634)
Royalties ANEEL	-	-	12.532	11.986
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	56	291
	-	-	753.688	536.245
Custo com a operação				
Impostos, licenças e taxas	-	-	1.390	1.218
Comissão de venda	-	-	394	205
Viagens	-	-	3.411	3.208
Serviços de terceiros	-	-	30.431	25.345
Seguros	-	-	9.099	9.433
Pessoal	-	-	55.830	51.458
Depreciação e amortização	-	-	90.406	187.623
Manutenção	-	-	6.680	4.708
MRE/CCEE (**)	-	-	136.405	64.636
Telecomunicações	-	-	4.463	5.540
Aluguéis e utilidades	-	-	472	690
Promoção e publicidade	-	-	320	622
Doações	-	-	36	15
Outros	-	-	5.473	4.242
	-	-	344.810	358.943
Total do custo de geração de energia	-	-	1.098.498	895.188
Despesas gerais e administrativas				
Impostos, licenças e taxas	-	-	972	874
Viagens	-	2	1.968	1.723
Serviços de terceiros	33	12	24.331	18.070
Seguros	-	-	155	217
Pessoal	-	-	64.437	58.195
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	76	499
Depreciação e amortização	-	-	12.391	7.914
Manutenção	-	-	482	337
Taxa de administração	-	-	-	3.054
Telecomunicações	-	-	298	406
Aluguéis e utilidades	-	-	2.816	2.418
Promoção e publicidade	116	119	851	911
Rateio de despesas (*)	-	-	(11.197)	(10.728)
Doações	-	-	97	1
Outros	-	-	2.160	6.542
Total das despesas gerais e administrativas	149	133	99.837	90.433
Total de custos e despesas gerais e administrativas	149	133	1.198.335	985.621

(*) A BER possui comum acordo com suas controladas, contrato de compartilhamento das despesas efetivamente incorridas e pagas em benefício e interesse do grupo. As despesas são controladas gerencialmente por departamento através de centros de custos específicos e são considerados para fins dos critérios de rateio e reembolso, percentuais de alocação de despesas com base na efetiva utilização, ocorrência e esforço de cada um dos departamentos.

(**) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita por indenização	-	-	2.034	69
Multas e juros sobre tributos	-	-	(165)	(463)
Baixa de provisão referente ao GFIS (Portaria 463) (Vide Nota 18)	-	-	52.931	-
Perda na venda de ativos	-	-	(828)	(1.901)
Impostos estaduais e federais	-	-	-	(183)
Baixa e atualização de projetos	-	-	(9.275)	(4.065)
Outros	-	(2)	(7.049)	(5.887)
Total	-	(2)	37.648	(12.430)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	12	-	9.853	11.143
Reversão da atualização monetária do GFIS (portaria 463) (Vide Nota 18)	-	-	5.016	-
Variação monetária e cambiais, líquidas	-	-	8	50
Atualização monetária sobre indenização de Neblina, Ervália e Coronel Domiciano (Nota 12)	-	-	1.836	4.217
Juros sobre mútuos	-	-	5.689	17.147
Total	12	-	22.402	32.557
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	-	-	37.020	41.390
Juros sobre arrendamento mercantil	-	-	1.764	-
Resultado instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	-	17.569	-
Despesas com letras de crédito	-	-	103	229
Variações monetárias e cambiais, líquidas	2	-	58	421
Multas e encargos sobre empréstimos	-	-	346	485
Atualização de contingências	-	-	631	1.323
Imposto sobre operações financeiras	8	-	2.416	2.581
Reversão da atualização monetária do GFIS (portaria 463) (Nota 18)	-	-	743	-
Despesas com juros e descontos concedidos	-	-	12.292	12.466
Correção monetária UBP	-	-	562	974
Outros	-	-	-	29
Total	10	-	73.504	59.898

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2019	2018
Corrente		
Imposto de renda	17.519	13.280
Contribuição social	9.039	7.074
Total com despesas de impostos	26.558	20.354

Em 31 de dezembro de 2019, a controladora possuía imposto de renda sobre prejuízos fiscais e Contribuição Social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$ 684 (R\$ 634 em 31 de dezembro de 2018). O total da base negativa e prejuízo fiscal em 2019 e 2018 são de R\$ 2.012 e R\$ 1.865, respectivamente.

Os créditos tributários diferidos não foram registrados nas demonstrações financeiras pelo fato de a principal operação da Sociedade se tratar de aquisições de empresas do ramo energético e, devido a essa operação, a Sociedade não tem expectativa de apuração de lucros tributáveis futuros para realização dos referidos créditos tributários.

A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

Consolidado

As controladas BER, BET e COINCE possuem imposto de renda sobre prejuízos fiscais e Contribuição Social sobre a base negativa, acumulados, no montante de R\$ 270.879, R\$ 13.913 e R\$ 13.125 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 241.415, R\$ 618 e R\$ 13.110 em 31 de dezembro de 2018). O total da base negativa e prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 796.704, R\$ 40.920 e R\$ 38.604 (R\$ 710.045, R\$ 1.817 e R\$ 38.557 em 31 de dezembro de 2018), respectivamente.

Todas as controladas da Sociedade tributaram o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, exceto para as controladas BER, BET e COINCE, que em 2019 e 2018 e São Luiz em 2019 foram tributadas pela sistemática do Lucro Real.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Consolidado--Continuação

Apuração – Sistemática do Lucro Presumido

Impostos correntes	Consolidado			
	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	757.184	757.184	577.123	577.123
ICMS-ST (exclusão)	(1.175)	(1.175)	(840)	(840)
	756.009	756.009	576.283	576.283
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	60.481	90.721	46.103	69.154
Demais receitas (base 100%)	7.362	7.362	8.349	8.349
Base de cálculo total	67.843	98.083	54.452	77.503
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	16.385	8.827	13.036	6.975
Outros	857	103	89	24
Total	17.242	8.930	13.125	6.999

(*) Aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Apuração – Sistemática do Lucro Real

Em 2019, as controladas BER, BET, COINCE e São Luiz apuraram prejuízo fiscal:

	2019	2018
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	257.696	118.705
Juros sobre o capital próprio	-	(900)
	257.696	117.805
% do imposto (*)	34%	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social	87.617	40.030
Amortização do ágio	1.719	1.783
Outras adições	2.316	1.071
Equivalência patrimonial	(121.649)	(56.761)
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	30.060	14.430
IRPJ e CSLL de Períodos anteriores	323	(323)
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	386	230

(*) Aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Controladora

Em 2019, a controladora apurou o imposto de renda e a contribuição social, como demonstrado a seguir:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro antes de imposto de renda e contribuição social	<u>257.549</u>	118.570
% do imposto	<u>34%</u>	34%
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>87.567</u>	40.314
Equivalência patrimonial	<u>(87.617)</u>	(40.360)
Créditos fiscais de IRPJ e CSLL não reconhecidos	<u>50</u>	46
Total despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	-

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Contas a receber					
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(a)	-	-	9	-
BAM Private Institutional Capital Advisor Canada	(a)	-	-	4.961	5.460
Brasil Central Energia Ltda.	(a)	-	-	416	8.293
BRE Colombia Hydro Holdings LP.	(a)	-	-	-	1.623
Brookfield Infrastructure Partners LP.	(a)	-	-	2.024	2.024
Brookfield Renewable Power.	(a)	-	-	-	12.212
Brookfield BRP Holdings (Canada) Inc.	(a)	-	-	3.843	3.857
Bela Vista Energética Ltda.	(a)	-	-	494	2.327
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(a)	-	-	11	-
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(a)	-	-	1	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(a)	-	-	3	27
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(a)	-	-	30	-
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(a)	-	-	16	-
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(a)	-	-	3	-
Geração Eólica Renascença II S.A.	(a)	-	-	1	14
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(a)	-	-	6	-
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(a)	-	-	1	14
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(a)	-	-	1	-
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(a)	-	-	14	14.353
Galera Centrais Elétricas S.A.	(a)	-	-	58	1.354
TERP GLBL Brasil I Participações Ltda.	(a)	-	-	2	-
Growth Power Investments LLC.	(a)	-	-	8.948	8.948
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(a)	-	-	23	-
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(a)	-	-	41	-
Centrais Eólicas Igarorã Ltda.	(a)	-	-	33	-
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(a)	-	-	13	-
Itiquira Energética S.A.	(a)	-	-	2.259	2.099
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(a)	-	-	27	-
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(a)	-	-	31	29
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(a)	-	-	34	-
Pantanal Energética Ltda.	(a)	-	-	746	1.084
PCH Zé Tunin S.A.	(a)	-	-	2	1.028
Phoenix Geração de Energia S.A.	(a)	-	-	12	22
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(a)	-	-	26	-
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(a)	-	-	31	-
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(a)	-	-	7	-
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(a)	-	-	35	-
Santa Ana Energética S.A.	(a)	-	-	7	1
Savana Geração de Energia S.A.	(a)	-	-	6	19
SPE Cristina Energia S.A.	(a)	-	-	1	1.901
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(a)	-	-	21	-
Tangará Energia S.A.	(a)	-	-	9.013	12.063
		-	-	33.210	78.752

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Dividendos a receber					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	91.403	28.193	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(b)	-	-	2.105	1.766
Rio Galera Energética S.A.	(b)	-	-	1	1
		91.403	28.193	2.106	1.767
Mútuos a receber					
Gacel Participações S.A.	(c)	-	-	3.431	3.128
Itiquira Energética S.A.	(c)	-	-	12.411	138.443
Acionista não controlador de Salto Jaurú	(c)	-	-	-	1
		-	-	15.842	141.572
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)					
Rio Galera Energética S.A.	(d)	-	-	70	-
		-	-	70	-

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Contas a pagar					
Brasil Central Energia Ltda.	(e)	-	-	4.837	16.902
Brookfield BRP Holdings (Canada) Inc.	(e)	-	-	1.528	1.528
Bela Vista Energética Ltda.	(e)	-	-	1.723	3.607
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(e)	-	-	-	2.781
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(e)	-	-	-	894
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(e)	-	-	-	1.086
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(e)	-	-	-	3.590
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(e)	-	-	-	11.927
Galera Centrais Elétricas S.A.	(e)	-	-	1.724	4.977
Itiquira Energética S.A.	(e)	-	-	10.372	11.044
PCH Zé Tunin S.A.	(e)	-	-	-	3.007
Santa Ana Energética S.A.	(e)	-	-	-	1.507
SPE Cristina Energia S.A.	(e)	-	-	-	851
Tangará Energia S.A.	(e)	-	-	6.931	1.760
Acionista não controlador de Serra Negra	(e)	-	-	452	-
		-	-	27.567	65.461

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Passivo					
Dividendos a pagar					
BP Brazil US Subco LLC.	(f)	91.234	28.160	91.234	28.160
Acionistas não controladores de Salto Jaurú	(f)	-	-	814	85
Acionista não controlador de Serra Negra	(f)	-	-	2.383	1.057
		91.234	28.160	94.431	29.302
Mútuos a pagar					
Brookfield Energia Renovável S.A.	(g)	-	30	-	-
Galera Centrais Elétricas S.A.	(g)	-	-	7.132	7.030
		-	30	7.132	7.030
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita					
Venda de energia					
Brasil Central Energia Ltda.	(h)	-	-	4.127	-
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(h)	-	-	526	3.091
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(h)	-	-	4.422	1.233
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(h)	-	-	503	1.976
Itiquira Energética S.A.	(h)	-	-	-	14.388
Tangará Energia S.A.	(h)	-	-	154.789	39.144
		-	-	164.367	59.832

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita					
Receita com serviços de administração					
Centrais Eólicas Alvorada Ltda.	(i)	-	-	103	68
Centrais Eólicas Candiba Ltda.	(i)	-	-	124	85
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I Ltda.	(i)	-	-	176	166
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(i)	-	-	352	331
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(i)	-	-	323	304
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(i)	-	-	176	166
Geração Central Eólica Renasença I S.A.	(i)	-	-	176	166
Geração Eólica Renasença II S.A.	(i)	-	-	176	166
Geração Central Eólica Parque Renasença III S.A.	(i)	-	-	176	166
Geração Central Eólica Complexo Renasença IV S.A.	(i)	-	-	176	166
Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S.A.	(i)	-	-	176	166
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.	(i)	-	-	183	172
Galera Centrais Elétricas S.A.	(i)	-	-	247	233
Centrais Eólicas Guanambi Ltda.	(i)	-	-	268	183
Centrais Eólicas Guirapá Ltda.	(i)	-	-	371	254
Centrais Eólicas Igaporã Ltda.	(i)	-	-	390	268
Centrais Eólicas Ilhéus Ltda.	(i)	-	-	144	99
Centrais Eólicas Licínio de Almeida Ltda.	(i)	-	-	309	211
Centrais Eólicas Nossa Senhora da Conceição Ltda.	(i)	-	-	371	254
Centrais Eólicas Pajeú do Vento Ltda.	(i)	-	-	330	225
PCH Zé Tunin S.A.	(i)	-	-	47	44
Phoenix Geração de Energia S.A.	(i)	-	-	250	234
Centrais Eólicas Pindaí Ltda.	(i)	-	-	309	211
Centrais Eólicas Planaltina Ltda.	(i)	-	-	351	240
Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.	(i)	-	-	82	56
Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.	(i)	-	-	392	268
Savana Geração de Energia S.A.	(i)	-	-	250	234
SPE Cristina Energia S.A.	(i)	-	-	23	21
Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda.	(i)	-	-	247	169
Tangará Energia S.A.	(i)	-	-	700	656
		-	-	7.398	5.982
Receita com serviços de O&M					
Brasil Central Energia Ltda.	(j)	-	-	1.270	1.405
Galera Centrais Elétricas S.A.	(j)	-	-	1.033	970
Itiquira Energética S.A.	(j)	-	-	7.818	7.050
		-	-	10.121	9.425
Receitas financeiras					
Itiquira Energética S.A.	(k)	-	-	5.455	17.082
Acionista não controlador de Salto Jaurú	(k)	-	-	-	65
Gacel Participações S.A.	(k)	-	-	234	-
		-	-	5.689	17.147

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas--Continuação

Custo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Compra de energia					
Brasil Central Energia Ltda.	(l)	-	-	58.818	59.710
Bela Vista Energética Ltda.	(l)	-	-	20.289	18.429
Geração Biomassa Vista Alegre I S.A.	(l)	-	-	768	6.313
Geração Biomassa Santa Cândida II Ltda.	(l)	-	-	694	2.304
Geração Bioeletricidade Vista Alegre II S.A.	(l)	-	-	735	3.344
Geração Central Eólica Renascença I S.A.	(l)	-	-	-	3.590
Geração Central Eólica Parque Renascença III S.A.	(l)	-	-	-	2.220
Geração Central Eólica Complexo Renascença IV S.A.	(l)	-	-	-	1.657
Galera Centrais Elétricas S.A.	(l)	-	-	18.763	22.307
Itiquira Energética S.A.	(l)	-	-	130.375	113.561
Santa Ana Energética S.A.	(l)	-	-	811	1.180
Tangará Energia S.A.	(l)	-	-	154.017	40.206
		-	-	385.270	274.821
Outros custos					
Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	(m)	-	-	1.584	6.022
		-	-	1.584	6.022

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações com partes relacionadas—Continuação

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção, reembolso de despesas e outros;
- (b) Dividendos a serem recebidos das empresas controladas da Sociedade;
- (c) Operações de mútuos a receber entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (d) Adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) aportado nas empresas investidas;
- (e) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (f) Referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Sociedade;
- (g) Operações de mútuos a pagar entre a Sociedade e empresas do grupo;
- (h) Venda de energia elétrica para outras empresas do grupo;
- (i) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (j) Conforme acordado entre as partes, o saldo refere-se à prestação de serviços de operação e gestão da manutenção das usinas (PCHs e UHEs), possibilitando o cumprimento dos contratos de venda de energia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (k) Receitas financeiras resultantes dos mútuos em vigência entre a Sociedade e outras empresas do grupo;
- (l) Compra de energia elétrica de outras empresas do grupo;
- (m) Valores referentes às despesas com aluguel da sede administrativa da Sociedade.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros

Controladas em operação

A controlada direta Brookfield Energia Renovável S.A. adota a política de manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade.

A apólice de seguro mantida pela controlada direta tem como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderão exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2018).

Em 31 de dezembro de 2019 o total da cobertura assegurada para os bens administrativos da controlada direta é de R\$ 29.821 (R\$ 25.005 em 31 de dezembro de 2018).

Controladas em fase de construção

São Luiz Energética S.A.

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada São Luiz Energética S.A. encontra-se em fase de construção e seu seguro de Riscos de Engenharia possui cobertura no montante de R\$ 173.154.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora					
	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	117	117	-	78	78
Dividendos a receber	91.403	-	91.403	28.193	-	28.193
	91.403	117	91.520	28.193	78	28.271
	Consolidado					
	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	-	147.469	147.469	-	147.178	147.178
Mútuos a receber	15.842	-	15.842	141.572	-	141.572
Contas a receber	352.696	-	352.696	372.484	-	372.484
Dividendos a receber	2.106	-	2.106	1.767	-	1.767
Contratos de comercialização de energia	-	25.061	25.061	-	-	-
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	9.611	9.611	-	16.978	16.978
Ativo financeiro	43.228	-	43.228	54.377	-	54.377
	413.872	182.141	596.013	570.200	164.156	734.356

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			
	2019	2018		
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado		
Contas a pagar	-	9		
Dividendos a pagar	91.234	28.160		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	30		
	91.234	28.199		

	Consolidado			
	2019	A valor		2018
Passivos financeiros	Custo amortizado	por meio de resultado	Total	Custo amortizado
Contas a pagar	115.831	-	115.831	126.641
Arrendamento mercantil	21.719	-	21.719	-
Dividendos a pagar	94.431	-	94.431	29.302
Contratos de comercialização de energia	-	42.630	42.630	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	573.483	-	573.483	530.186
Uso do Bem Público - UBP - Direitos de outorga	25.686	-	25.686	28.020
	831.150	42.630	873.780	714.149

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - partes relacionadas

São classificados como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento destes instrumentos.

- Empréstimos - instituições financeiras

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- a) Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- b) Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	Consolidado	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	147.469	147.178
Depósitos restituíveis e valores vinculados	9.611	16.978
Contratos de comercialização de energia	25.061	-
Total ativo:	182.141	164.156
Contratos de comercialização de energia	42.630	-
Total passivo:	42.630	-

- c) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros é aproximada do valor contábil.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

As controladas indiretas da Sociedade possuem contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira. Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas indiretas da Sociedade efetuam avaliações financeiras, requisitam garantias financeiras e executam o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco da Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, para as empresas repactuadas a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva concessão e autorização. Para as empresas não repactuadas, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados. Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que as controladas indiretas da Sociedade tenham que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, as controladas indiretas da Sociedade tiveram duas opções: a adesão ao programa de repactuação do risco hidrológico, aonde o risco hidrológico foi repassado para os consumidores de energia ou o controle do nível de contratação, que visa minimizar a exposição ao mercado de curto prazo.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização e concessão*

As controladas indiretas da Sociedade detêm outorgas de concessão e autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos. Para as usinas que possuem concessão, de acordo com o disposto no art. 4º da Lei Federal nº 9.074/1995, têm a prerrogativa de solicitar prorrogação por um período de 20 anos, por terem sido outorgadas anteriormente a 11 de dezembro de 2003.

Para as usinas que possuem autorização, os critérios para renovação de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019. A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

No entanto, a renovação é a critério do Poder Concedente, não havendo confirmação por nossa parte se a prorrogação será concedida de fato, nem em quais condições.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de concessão e autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para as controladas indiretas da Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

Brookfield Energia Renovável Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

viii) *Risco de preços de energia*

Os contratos de compra e venda de energia elétrica são firmados para curto e longo prazo. Desta forma, a Brookfield Energia Comercializadora Ltda., controlada indireta da Sociedade, fica exposta a variações de preço de energia – em especial do PLD (“Preço de Liquidação das Diferenças”) para atender a esses compromissos, o que inclui ainda o risco de preço entre sub mercados, o que pode afetar de forma negativa seus resultados operacionais e sua condição financeira.

A Brookfield Energia Comercializadora Ltda., possui uma política de gestão de risco e uma política de compra e venda de energia que definem as diretrizes e processos para controle e mitigação desses riscos.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a controlada indireta Brookfield Energia Comercializadora Ltda. negociou com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de obter ganho financeiro sobre as diferenças de preço futuro entre operações de compra e venda de energia.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. As transações financeiras ocorridas entre ativos e passivos usuais são pertinentes às suas atividades econômicas.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus respectivos valores de mercado.

29. Eventos subsequentes

Até março de 2020, a Sociedade recebeu dividendos de sua controlada direta BER, no montante de R\$ 17.000.

Até março de 2020, a Sociedade realizou pagamento de dividendos para a BRUS, no montante de R\$ 17.000.

30. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 31 de março de 2020.